

**PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, AO
PROJETO DE LEI Nº 3.951, DE 2008.**

O SR. ANGELO VANHONI (PT-PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com esse projeto, acredito que estamos fazendo um pouco de justiça ao Ministério da Cultura no nosso País, instituição do Poder Executivo criada há 15 anos.

Neste País ainda não reconhecemos a potência cultural que o Brasil expressa, não só aos brasileiros, mas ao resto do mundo.

A arte e as manifestações culturais da humanidade talvez estejam nos primeiros sinais da constituição daquilo que chamamos de consciência humana. Através de um gesto, desenhando numa pequena caverna, há milhões e milhões de anos, fizemos uma grande viagem: saímos da condição de homínídeo para a transformação da vida dos homens, para conquistar o que chamamos de consciência humana.

Não é difícil afirmar que em todos os países temos muita dificuldade em reconhecer o papel da cultura e da arte como expressão humana, sobretudo como processo de formação do ser humano. Dificuldade principalmente na civilização ocidental, que tem como base da sua construção, da sua alta reflexão e da sua consciência sobre o que é importante para si, para o outro, para a sociedade, o padrão racional de entender a vida e entender o mundo centrado única e exclusivamente na razão. E a razão, todos nós sabemos, é causa e efeito. Ela é transparente. É imediato o seu fenômeno enquanto consciência.

É difícil entendermos a importância de uma letra de uma música de Pixinguinha ou Cartola, do embalo de um samba do morro do Rio de Janeiro ou a expressão de uma máscara de uma tribo indígena — feita de palha, mas que, quando vestida em um ritual, faz com que se manifeste a natureza, o lado transcendental da vida — e o quanto todas essas manifestações culturais têm o seu significado alcançado na formação da identidade, daquilo que entendemos como a alma do ser humano.

Para constituirmos o desenvolvimento integral do ser humano, é preciso que os Estados brasileiros, os nossos Governos, entendam que a arte e a cultura devem fazer parte, junto com a educação, de um processo sinérgico da formação do homem novo e da mulher nova que queremos na sociedade brasileira.

Sras. e Srs. Deputados, é através da cultura que podemos agregar uma nova dimensão para a construção de um novo homem, de uma nova sociedade, onde prevaleçam os valores da tolerância, da paz, da igualdade. Mas igualdade consolidando-se as diferenças fundamentais existentes em cada um, fazendo com que a singularidade, não só das manifestações culturais de expressivas comunidades no seio de nossa sociedade, mas a singularidade de cada um, possa ser expressa de forma criativa e inovadora em nossa vida.

Por isso, o Governo Federal, através do Ministério da Cultura, está de parabéns. Vem resgatar uma dívida com a sociedade brasileira ao propor a reestruturação do Ministério da Cultura no presente projeto.

O Ministério da Cultura tem uma grande tarefa em nosso País: fazer com que, até o final deste ano, cada município brasileiro possa ter consolidada pelo menos uma biblioteca.

A nossa Constituição já prevê que todo cidadão, toda cidadã deve ter acesso aos bens culturais forjados pela nossa sociedade. Entretanto, sem uma biblioteca, sem a possibilidade de o Estado garantir-lhes o acesso, sem o estímulo dos nossos jovens à leitura, ao conhecimento forjado pela humanidade e ao conhecimento forjado pela experiência dos brasileiros na América, não vamos ter a perspectiva de consolidar um projeto de cidadania para o nosso povo.

Mas não só. É preciso que, junto com as bibliotecas, tenhamos no País um grande programa de estímulo e fomento à leitura — já consubstanciados no Programa Mais Cultura. Não adianta construir bibliotecas, comprar livros e espalhá-los por alguma estrutura física em qualquer cidade do território brasileiro sem mudar esse péssimo hábito da sociedade, que ainda existe, por falta de tradição.

Os dados que o IBGE trouxe à luz revelam uma realidade muito difícil para nós: os 2 milhões e 400 mil professores que dão aula em todo o território nacional lêem, em média, 1 livro por ano. Se os 2 milhões e 400 mil professores do nosso País têm o hábito de ler 1 livro por ano, que caminho teremos a seguir, do ponto de vista das políticas públicas, para fazer com que a cultura seja um patrimônio e um direito da maioria do nosso povo?

Sr. Presidente, o projeto em curso cria o Instituto Brasileiro de Museus, fundamental para organizar a política museológica em todo o território nacional; reestrutura o Ministério da Cultura; reordena as funções; prepara para uma nova função o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN; e, o que é mais importante, dá prosseguimento a uma política do Estado brasileiro para fazer o resgate da cidadania dos povos afrodescendentes do nosso País, a comunidade negra. Porque a reestruturação está prevista também para que o cumprimento da função da Fundação

Palmares, que é ajudar no processo de inclusão da comunidade negra na nossa sociedade, possa ser concretizado.

Por isso, meu voto é favorável à aprovação do presente projeto tal qual foi enviado pelo Poder Executivo. Estamos dando um pequeno passo — para a cultura do nosso País é um grande passo — para firmar a cidadania plena do povo brasileiro no território nacional.

É o parecer.